



Conselho Nacional de Justiça

Gabinete do Conselheiro Wellington Cabral Saraiva

Procedimentos de controle administrativo nº 0004994-18.2011.2.00.0000, nº 0004995-03.2011.2.00.0000, nº 0005033-15.2011.2.00.0000, nº 0005082-56.2011.2.00.0000, nº 0005164-87.2011.2.00.0000, nº 0005178-71.2011.2.00.0000

Relator : CONSELHEIRO WELLINGTON CABRAL SARAIVA

Requerente(s) : ANDRÉ LUIZ MOURA DE SOUZA E OUTROS

**Requerido(s) : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS. CONCURSO NACIONAL DE REMOÇÃO POR PERMUTA. EXIGÊNCIA TEMPORAL DE EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES NA LOCALIDADE INICIAL. CLÁUSULA DE PERMANÊNCIA APENAS DO TRF/3ª REGIÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. LEI Nº 8.112/90, ART. 36. CONSTITUIÇÃO, ART. 5ª, *CAPUT* E INC. I.

1. Pretensão de servidores de participar do concurso nacional de remoção por permuta de 2011, realizado pelo Conselho da Justiça Federal, independentemente do tempo de exercício na unidade judiciária em que foram nomeados originariamente.

2. O edital do concurso nacional de remoção de 2011 não estabelece tal exigência temporal, e o Conselho da Justiça Federal, órgão a que cabe a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante (Constituição, art. 105, parágrafo único, II), afirma não existir na Lei nº 8.112/90, na Portaria Conjunta nº 3/2007, na Resolução nº 3/2008, do Conselho, ou no edital do concurso nacional de remoção de 2011, dispositivo que vede a remoção de servidor em estágio probatório.

4. O Superior Tribunal de Justiça (recursos ordinários em mandado de segurança nº 22.055/RS e nº 23.428/RS) decidiu que o estabelecimento de vedação de participação de servidores em estágio probatório situa-se no âmbito de discricionariedade conferida aos órgãos de suas lotações. Por outro lado, o Plenário deste Conselho (PCA nº 004717-02.2011.2.00.000), em decisão liminar, afastou o tempo de exercício mínimo do servidor no órgão de lotação original para pleitear remoção interna no TRF/1ª Região.

5. Independentemente do juízo acerca da legalidade da exigência, neste caso ela não pode prevalecer, por força do princípio da isonomia. Não se pode admitir concurso nacional com regras diferentes apenas para servidores de determinados Estados ou órgãos administrativos. O *discrímen* não se justifica. Esse tratamento díspar inadmissível ocorre pelo fato de apenas os servidores do TRF/3ª Região precisarem submeter-se ao requisito de permanência



mínima na lotação de origem, ao passo que os dos outros quatro TRFs não precisam atender a essa exigência.
Procedência dos pedidos.

RELATÓRIO

Trata-se de seis procedimentos de controle administrativo (PCA) propostos por diversos servidores do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (TRF/3ª REGIÃO), no qual pretendem que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lhes assegure a participação em concurso nacional de remoção por permuta, realizado pelo CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (CJF).

Todos afirmam haver tomado posse no cargo de analista judiciário daquele tribunal há menos de três anos e pretender participar do concurso nacional de remoção, independentemente de encontrar-se em estágio probatório. Sustentam que exigência temporal de exercício das funções na localidade inicial, para participar do concurso, ofende a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, a Portaria Conjunta STF/CNJ/CJF/TST/CSJT/STM/TJDFT nº 3, de 31 de maio de 2007, e a Resolução nº 3/2008, do Conselho da Justiça Federal (CJF). Argumentam que, embora o edital do concurso nacional de remoção 2011 não traga impedimento à participação de servidores em estágio probatório, os funcionários do TRF/3ª REGIÃO receberam comunicado da Secretaria de Gestão de Pessoas antecipando o entendimento daquele órgão de que será observada a limitação temporal como requisito para inscrição no concurso nacional. Citaram recente decisão proferida pelo Conselheiro Sílvio Rocha no PCA nº 004717-02.2011.2.00.0000, acerca de matéria semelhante.

Em decisão no PCA nº 0005082-56.2011.2.00.0000, concedi medida de urgência para “assegurar a todos os servidores do Poder Judiciário da União que possam inscrever-se no concurso nacional de remoção 2011, independentemente de estarem em estágio probatório, sem prejuízo de eliminação destes candidatos no julgamento definitivo deste PCA, se for o caso, como é da natureza precária das medidas liminares”. No mesmo procedimento, determinei a intimação de todos os Tribunais Regionais Federais para apresentar informações, além do CJF, o qual foi instado a manifestar-se em todos os demais PCAs.

O TRF/1ª REGIÃO informou que “adotou todas as providências determinadas pelo CNJ no sentido de garantir o cumprimento da aludida decisão”, mas silenciou quanto ao mérito da questão (PCA nº 5082-56, Doc32).

Afirmou o TRF/2ª REGIÃO que “não existe qualquer norma restringindo a participação de servidor em estágio probatório no Concurso de Remoção, observando-se integralmente as norma expedidas pelo Eg. Conselho da Justiça Federal” (PCA nº 5082-56, Inf41).

De sua parte, o TRF/3ª REGIÃO, ora requerido, esclareceu que “o impedimento quanto à participação dos servidores da Terceira Região no



Concurso Nacional de Remoção não é o estágio probatório, mas sim, única e exclusivamente, a cláusula de permanência, disposta no edital de concurso público para os quais os interessados foram nomeados, e estão expressamente proibidos de serem removidos por um determinado período” (PCA nº 5082-56, Inf30, fl. 1).

Para o TRF/4ª REGIÃO, “no âmbito da Justiça Federal da 4ª Região não houve impedimento de participação de servidores em estágio probatório no certame atual” (PCA nº 5082-56, Doc32)

O TRF/5ª REGIÃO observou não haver naquele Tribunal “qualquer norma regimental ou regulamentar que impeça o servidor em estágio probatório de participar do concurso nacional de remoção” (PCA nº 5082-56, Inf26, fl. 1).

Por fim, o CJF manifestou-se em todos os procedimentos e destacou, em síntese, isto: a) a remoção dos servidores públicos da União está prevista no art. 36 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; b) o artigo 20 da Lei nº 11.416/2006 autoriza realizar remoção no âmbito da Justiça Federal; c) a Portaria Conjunta nº 3, de 31 de maio de 2007, que regulamentou o art. 20 da Lei nº 11.416/2006, remeteu a regulamentação da remoção na Justiça Federal para o CJF, que editou a Resolução nº 3, de 10 de março de 2008; d) a Resolução CJF nº 3/2008 conceitua o instituto da remoção a pedido e estabelece que aquele Conselho realizará sua coordenação; e) o CJF dá efetividade ao comando com a realização de concurso nacional anual, por intermédio do sistema informatizado Sistema Nacional de Remoção (Sinar); f) o concurso nacional de remoção em 2011 fundamenta-se no inciso II do art. 36 da Lei nº 8.112/90; g) a participação do servidor no concurso sujeita-se à apreciação da autoridade máxima do órgão; e h) “não existe na Lei n. 8.112/1990, na Portaria Conjunta n. 03/2007, na Resolução n. 3/2008-CJF ou no Edital do Concurso Nacional de Remoção 2011, expedido por este Conselho, dispositivo vedando a remoção de servidor em estágio probatório”.

É o relatório.

VOTO

A pretensão dos requerentes, servidores do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (TRF/3ª REGIÃO), é de participar do concurso nacional de remoção por permuta, realizado pelo CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL (CJF), independentemente do tempo de exercício na unidade judiciária em que foram nomeados originariamente.

O edital do concurso nacional de remoção de 2011¹ não estabelece tal exigência temporal. Confira-se:

¹ Disponível em: <<http://ven.to/iHq>> ou <www.jf.jus.br/cjf/noticias-do-cjf/CONCURSO%20DE%20REMOCAO%202011.pdf>.



2. DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO

2.1 Estará impedido de participar o servidor que:

2.1.1. tenha sofrido penalidade de advertência no último ano ou de suspensão nos três anos anteriores ao pedido;

2.1.2. estiver respondendo a sindicância ou a processo administrativo disciplinar.

O CJF, órgão a que cabe a supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante (Constituição, art. 105, parágrafo único, II), em informações prestadas nos procedimentos, afirma que “não existe na Lei 8.112/90, na Portaria Conjunta n. 03/2007, na Resolução n. 3/2008-CJF ou no Edital do Concurso Nacional de Remoção 2011, expedido por [aquele] Conselho, dispositivo vedando a remoção de servidor em estágio probatório”.

Conclui-se, portanto, que não existe limitação temporal alguma referente ao exercício da função como condição para que o servidor possa participar do concurso nacional de remoção promovido pelo CJF.

Ocorre que, segundo o item 4 do edital, os pedidos de inscrição devem ser submetidos ao dirigente máximo do órgão ao qual o servidor estiver vinculado e, especificamente no âmbito do TRF/3ª REGIÃO, os servidores submeteram-se a concurso público para admissão na carreira cujo edital previa cláusula de permanência na lotação originária de três anos. Daí a controvérsia posta nestes autos. Prende-se a discussão, por conseguinte, à necessidade de observância no concurso nacional do requisito de permanência previsto apenas no edital do concurso de ingresso na carreira dos servidores do TRF/3ª REGIÃO.

O Superior Tribunal de Justiça, nos recursos ordinários em mandado de segurança nº 22.055/RS e nº 23.428/RS, decidiu que estabelecer vedação de participação de servidores em estágio probatório se situaria no âmbito de discricionariedade conferida aos órgãos de suas lotações. A orientação jurisprudencial da Corte é a de que a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (art. 36, parágrafo único, III, c) faculta à administração estabelecer regras próprias complementares para regulamentação dos concursos de remoção, entre as quais se poderiam inserir as que estabeleçam requisitos para a participação do certame (6ª Turma. RMS nº 23.428/RS. Relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura. 16 dez. 2010. **Diário da Justiça eletrônico**, 1º fev. 2011; 5ª Turma. RMS nº 22.055/RS. Rel.: Min. Felix Fischer. 26 jun. 2007. **DJ**, seção 1, 13 ago. 2007, p. 390).

Por outro lado, o Plenário deste Conselho, no PCA nº 004717-02.2011.2.00.000, afastou – em decisão ainda cautelar – o tempo de exercício mínimo do servidor no órgão de lotação original para pleitear remoção interna no TRF/1ª REGIÃO. Esse entendimento, embora em juízo de cognição sumária, foi o de “ter a exigência do Tribunal Regional Federal da Primeira Região extrapolado aos limites normativos superiores (a Lei nº 8.112/90 e a Resolução nº 03 do CJF) e, com isso, criado diversidade de regimes jurídicos entre



servidores do Poder Judiciário da União pelo mero fato de estarem vinculados a Tribunais com base territorial distinta, o que caracteriza violação ao princípio da igualdade não autorizada pelo texto constitucional”.

A matéria não é simples, considerando, de outra parte, a antiga jurisprudência do Supremo Tribunal Federal segundo a qual os editais de concurso, em princípio, não podem impor requisitos ou restrições aos candidatos sem fundamento legal, justamente por força do princípio constitucional da legalidade. Na verdade, a extensão dessa dimensão do princípio da legalidade me parece tema sensível do Direito Público, uma vez que nenhum corpo legislativo consegue disciplinar suficientemente todos os matizes da atuação estatal, de maneira que sempre restam lacunas na esfera legal em sentido estrito que precisam ser regulamentadas no nível infralegal.

De todo modo, independentemente do juízo que se faça sobre a legalidade da exigência, neste caso ela não pode prevalecer, por força do princípio da isonomia, que se deve expressar em todos os atos emanados do poder público, tanto em sua atividade legiferante quanto na administrativa. Prescinde de maior esforço argumentativo a conclusão de que não se pode admitir concurso nacional com regras diferentes apenas para servidores de determinados Estados ou órgãos administrativos. O *discrímen* não se justifica.

No caso, esse tratamento díspar inadmissível ocorre pelo fato de apenas os servidores do TRF/3ª Região precisarem submeter-se ao requisito de permanência mínima na lotação de origem, ao passo que os dos outros quatro TRFs (1ª, 2ª, 4ª e 5ª Regiões) não precisam atender a essa exigência – que, de resto, como salientou o próprio órgão nacional de supervisão da Justiça Federal, o CJF, não foi imposta por suas normas administrativas.

Em face do exposto, **julgo procedentes os pedidos**, para assegurar a todos os servidores da Justiça Federal que possam inscrever-se no concurso nacional de remoção de 2011, promovido pelo CJF nos termos do edital acima, independentemente de requisito de permanência mínima na unidade atual, constante do edital do concurso público a que se submeteram, para ingresso na carreira.

É como voto.

Intimem-se. Em seguida, arquivem-se, independentemente de nova conclusão.

Brasília, 25 de outubro de 2011.

WELLINGTON CABRAL SARAIVA
Conselheiro Relator